

A JUSTIÇA DO TRABALHO DURANTE O REGIME CIVIL E MILITAR

A IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL E A PRODUÇÃO DO COMUNISMO

Márcio Ananias Ferreira Vilela¹

RESUMO

Durante mais de vinte anos o Brasil foi governado por uma ditadura. Neste período o desrespeito aos direitos humanos foi uma realidade que marcou a vida de muitos brasileiros. A vigilância e a tortura atingiram fortemente aqueles que acreditavam na política como capaz de transformar a realidade social do país. Vigilância que permeou outras instituições da sociedade como a Igreja Presbiteriana do Brasil que, ao longo desse período, perseguiu e expulsou pastores e professores de seminários. Estas pessoas defendiam um evangelho revolucionário, que respondesse às angústias do tempo presente, mas, ao divergirem da posição teológica oficial da Igreja, foram acusadas de comunistas. Alguns destas, porém, travaram com a Igreja ainda outro embate: recorreram à Justiça do Trabalho para garantir direitos.

Palavra chaves: Ditadura, religião e direitos trabalhistas.

ABSTRACT

For more of twenty years the Brazil was commanded for a dictatorship. During this period the disrespect to the human rights was a reality that marked the life of many Brazilians. The surveillance and the torture reached strongly those that believed in the politics as able to transform the country's social reality. Surveillance that permeated other institutions of society like the Presbyterian Church of Brazil, throughout this age, pastors and teachers of seminaries were chased and expelled. These people defended a revolutionary gospel, that answered the anxieties of the present time, but, when differed of the theological position from the Church, they were accused of communists. Some of these, however, fought with the Church yet by another clash: they resorted to Justice Work to ensure rights.

Keywords: Dictatorship, Religion and labor rights.

A narrativa a seguir foi desenvolvida com o apoio do CNPq, por meio de uma bolsa de Pós-Doutorado Júnior, e é um desdobramento da tese de doutorado intitulada “Discursos e práticas da Igreja Presbiteriana do Brasil durante as décadas de 1960 e 1970: diálogos entre religião e política”, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco em março de 2014. Naquele momento, as pesquisas sinalizavam que alguns pastores e professores de seminários presbiterianos, como o pastor João Dias de Araújo, recorreram à Justiça do Trabalho contra os seminários em que atuavam. Interpelavam a Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) para garantir seus direitos trabalhistas após expulsos dessa instituição religiosa, geralmente sob a acusação de práticas comunistas.

¹ Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFPE e professor efetivo do CAP/UFPE.

Sabíamos que a acusação de comunista de que foram alvo alguns pastores e seminaristas, presente na documentação da época, era uma estratégia para desqualificar politicamente pessoas, considerando-as subversivas quando contestavam o *status quo* político e social e a disciplina religiosa vigente na IPB. Ao longo da pesquisa percebemos que a acusação de comunista no caso acima citado figurou em processos trabalhistas com o objetivo de anular os direitos do reclamante assegurados na legislação trabalhista vigente². Mas tal acusação nem sempre foi eficaz em favor da Igreja Presbiteriana do Brasil. Em 1975, cinco anos depois de iniciado o processo, é confirmada em 2ª instância a decisão da 9ª Junta de Conciliação e Julgamento da cidade do Recife condenando a Igreja a pagar direitos trabalhistas ao pastor e professor João Dias de Araújo.

Em entrevista, o juiz aposentado da Justiça do Trabalho de Pernambuco, José Soares³, rememora que algumas empresas utilizavam a filiação partidária e a acusação de furtos com o intuito de desqualificar os trabalhadores e, portanto, os direitos trabalhistas reivindicados. No entanto, afirmou que não era algo comum – pelo menos naquele momento – que religiosos recorressem à Justiça do Trabalho contra a IPB para garantir direitos trabalhistas. Ora, essa excepcionalidade provocou ainda mais o nosso interesse para pesquisar acerca do Pastor João Dias, levando-nos a recorrer a alguns arquivos da Igreja Presbiteriana do Brasil e também a arquivos da Justiça do Trabalho.

A teologia, a política e as questões sociais

Mas, quem foi João Dias de Araújo? Ele nasceu na cidade de Campinas, São Paulo, aos 5 de maio de 1930. Seu nome é uma homenagem ao avô paterno, João Pedro Dias, responsável pelo trabalho missionário protestante no estado de Mato Grosso e na consolidação do presbiterianismo na cidade de Cuiabá. Após quinze anos morando na cidade de Cuiabá, a família de João Dias de Araújo passou a residir na cidade de Caetité, distante 654 quilômetros de Salvador/BA. Em 1949, João Dias de Araújo retorna para São Paulo, momento em que inicia seus estudos no Seminário Presbiteriano de Campinas. A pedido da

² Sobre os embates judiciais travados com a Igreja ver as memórias de João Dias de Araújo. A entrevista foi realizada em sua residência, na cidade de Feira de Santana/BA, pelo pesquisador Márcio Vilela. Em um primeiro momento, as questões trabalhistas apresentadas pelo personagem não figuram em nossas preocupações, isso veio a acontecer com a nossa inserção no Arquivo do TRT e posteriormente como bolsista de pós-doutorado júnior. Durante a década de 1970, atuou como pastor no estado da Bahia e participou ativamente da formação da Igreja Presbiteriana Unida. Ver também ARAÚJO, João Dias de. *Inquisição sem fogueiras: a história da Igreja Presbiteriana do Brasil*. São Paulo: Fonte Editorial, 2010.

³ O juiz do trabalho José Soares concedeu uma entrevista que foi realizada na Universidade Federal de Pernambuco ainda no ano de 2014. Suas memórias compõem o acervo documental do Arquivo do TRT.

Missão Presbiteriana Central do Brasil, durante suas férias do seminário, auxiliava seu pai, Augusto José de Araújo, no trabalho missionário em Caetitê e nas cidades próximas. Em 1952, ao concluir seus estudos, é designado pela mesma Missão a assumir a função de pastor na cidade de Ponte Nova, na Bahia. Auxiliado pelo pastor Jaime Wright, funda nessa cidade o Instituto Bíblico Ladel, onde jovens eram preparados para prestar exames com o objetivo de ingressar nos Seminários Presbiterianos.⁴

Após sete anos de trabalho pastoral em Ponte Nova, o Supremo Concílio⁵ da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) nomeia João Dias de Araújo para o cargo de professor no Seminário Presbiteriano do Norte (SPN), localizado na cidade do Recife. Em janeiro de 1960, João Dias de Araújo, junto com sua família, muda-se para a cidade do Recife, onde assume as cadeiras de Teologia Sistemática, História da Filosofia e Ética Cristã, e também o cargo de Deão⁶ daquela instituição de ensino.

A questão social era um tema teológico bastante presente no protestantismo brasileiro na década de 1950, e sua inserção deveu-se, em grande medida, ao teólogo norte-americano Richard Shaull. Este missionário passou a desenvolver essa preocupação quando exercia a função de missionário protestante na Colômbia, ainda na década de 1940. Questionava o papel da Igreja e dos cristãos diante dos problemas da pobreza, da fome e do subdesenvolvimento, desafios comuns aos países da América Latina. Ao participar de alguns encontros com a juventude protestante, como a I Conferência Latino-Americana da Federação Universal de Movimentos Estudantis Cristãos (Fumec),⁷ realizada no Brasil em 1952, Shaull afirmou observar nos jovens protestantes um crescente desejo por mudança, pois o país tinha uma configuração socialmente semelhante à dos demais países da América Latina.

Ao iniciar sua atividade docente no Seminário Presbiteriano de Campinas, em meados dos anos 1950, Shaull registra que boa parte dos seus alunos estava em uma “busca sequiosa

⁴ Até a década de 1950, a Igreja Presbiteriana do Brasil contava com dois seminários. Um localizado na cidade de Campinas/SP (Seminário Presbiteriano do Sul) e outro na cidade do Recife/PE (Seminário Presbiteriano do Norte).

⁵ O Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana ocorre quando os representantes de cada presbitério (composto de dois pastores e dois presbíteros, que neste momento são nomeados de deputados), sob a chancela dos seus respectivos Sínodos, reúnem-se ordinariamente nos anos pares a cada quatro anos. Há também a possibilidade de reuniões do Supremo Concílio (SC) em caráter extraordinário.

⁶ O Deão geralmente é alguém escolhido entre os professores residentes no próprio seminário para acompanhar seu cotidiano, como possíveis necessidades dos estudantes que, em sua maioria, também residem no próprio seminário, e prezar pela ordem e disciplina interna.

⁷ Entidade internacional filiada ao Conselho Mundial de Igreja (CMI).

de uma compreensão e experiência de fé que lhes oferecessem possibilidades de responder ao que enfrentavam nas suas próprias vidas e na sociedade”. (SHAULL, 2003, p. 99).

Assim, na condição de seminarista, em Campinas, além de conhecer Shaull, João Dias de Araújo continuava a vivenciar os graves problemas da região Nordeste, chegando a escrever alguns poemas que denunciavam as condições de grupos de retirantes que, em busca de melhores condições de vida na região Sudeste, fugiam da fome e da miséria.

Segundo o próprio João Dias de Araújo – na entrevista que nos foi concedida, em Feira de Santana, Bahia – escritores como Euclides da Cunha, José Luiz do Rêgo, Castro Alves, Tobias Barreto, entre outros, foram importantes influências no desenvolvimento de seu pensamento crítico em relação às péssimas condições de vida da maioria da população. Já no campo teológico, as leituras das inúmeras obras de teólogos como Karl Barth e Reinhold Niebuhr em muito teriam contribuído para a sua formação e visão social da prática religiosa.

Em 1962, já como professor do SPN, propôs uma mudança no conteúdo teológico dos seminários, qual seja, o desenvolvimento de uma teologia aos moldes da realidade brasileira: “Os missionários nos deram esta base (teologia norte-americana), mas nós temos que nessa época buscar nossas origens.” Essa mudança nos programas implicava uma reformulação teológica: “como é que vai escrever uma teologia sem conhecer o pensamento, as lutas e sofrimento do povo? Não é possível.”⁸ Reformulação baseada na vivência do povo brasileiro, dos problemas da população onde, segundo João Dias, seria possível encontrar soluções para enfrentá-los.

Um dos maiores desafios de João Dias de Araújo quando professor do SPN era em relação às suas ideias. Perspectivas consideradas por outros pastores e professores um perigo para a Igreja, ao ponto de declararem que “não era o ideal para a IPB ter pastores e professores que tivessem o tipo de vida que João Dias de Araújo tinha”, segundo nos relatou. Esses líderes acusavam João Dias de Araújo de pregar uma nova doutrina no Seminário, ou até mesmo de convencer os alunos a se tornarem marxistas. Muito provavelmente por causa disso foi tachado de “modernista”⁹ e acusado de querer minar as estruturas da Igreja com um discurso comunista. Assim, para muitos de dentro da IPB, não era ideal haver pastores que

⁸ Entrevista concedida por João Dias de Araújo em Feira de Santana, Bahia.

⁹ Termo utilizado por setores protestantes mais conservadores com o intuito de depreciar a imagem de alguns pastores ligados de alguma forma às lutas sociais e que entendiam a necessidade de a Igreja ter uma ação ativa diante dos problemas do Brasil.

tivessem uma atuação teológica e política semelhante à de João Dias de Araújo, em razão de ser ele favorável à participação ativa da Igreja nos problemas sociais e econômicos do País.

De fato, João Dias de Araújo relacionava a reflexão teológica com as questões políticas e sociais. Citemos um exemplo de sua participação política em defesa dos movimentos agrários, como as Ligas Camponesas, na década de 1960. Por manter relações com o político e advogado Francisco Julião, líder das Ligas, em algumas ocasiões, era solicitado que João Dias de Araújo elaborasse discursos para serem utilizados por Julião em palestras para os camponeses:

Eu era da Igreja Presbiteriana da Encruzilhada, Recife, e Julião ficou sabendo que eu estava lá como pastor e ele pediu pra eu colaborar porque ele queria no discurso dele pro povo, não só do interior como na capital, ele queria citar importantes pensamentos bíblicos e religiosos cristãos, então ele pediu exatamente pra mim e pra um outro pastor metodista que era da equipe de D. Helder, que nós conseguíssemos uma lista de textos bíblicos que falasse sobre a questão social, aí lá vai e nós apresentamos os profetas Isaías, Daniel, Miqueias, Amós e Jeremias e Julião soltava esses nomes como disse o nosso grande profeta Amós, Oséias, falava pro público e os militares tomavam nota desses profetas, ‘vamos prender essa gente que essa gente tá falando coisa muito pesada’, eles não sabiam nem que era gente da Bíblia. Eu acompanhei tudo (SILVA, 2010, p.197).

Nesse trecho da entrevista concedida à historiadora Elizete da Silva, em janeiro de 2007, disponível em seu livro *Protestantismo ecumênico e realidade brasileira*, observa-se como João Dias de Araújo tinha estreitas relações com líderes políticos em Pernambuco, a ponto de produzir textos a serem debatidos em reuniões das Ligas.¹⁰ Outro exemplo dessa relação com o mundo político pode se constatar no seu apoio público ao candidato a governador do estado de Pernambuco Miguel Arraes, nas eleições de 1962. Afirma em suas memórias: “fiz campanha pro Miguel Arraes, fui à televisão e falei que eu ia votar nele [...], por que este foi prefeito e fez bem para a cidade, então vou votar nele, e é o melhor candidato.”¹¹

Após a vitória de Arraes, João Dias de Araújo e outros líderes evangélicos foram convidados para a posse em uma cerimônia no Palácio do Campo das Princesas, naquele momento residência oficial do chefe do Executivo Estadual. Se a participação de João Dias de

¹⁰ Sobre a atuação de Francisco Julião e a organização das Ligas Camponesas em Pernambuco, ver PORFÍRIO, Pablo F. de A. *Medo, comunismo e revolução*. Pernambuco (1959-1964). Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

¹¹ Entrevista concedida por João Dias de Araújo em Feira de Santana, Bahia.

Araújo na vida política era considerada bastante incômoda para alguns setores da IPB, o que dirão de seu interesse pelos estudos marxistas? Aliás, nesse momento, segundo o próprio João Dias de Araújo em suas memórias, cresce no Brasil o contato com os ideais marxistas entre os jovens presbiterianos.

A historiadora Elizete da Silva comenta a respeito dos fatores que contribuíram para que os jovens protestantes passassem a questionar o *status quo* da sociedade. Segundo a autora, isso se deve ao fato de que a “juventude, filha de famílias protestantes que ascenderam socialmente, começava a frequentar cursos universitários”. (SILVA, 2010, p. 71). Assim sendo, a entrada desses jovens no meio acadêmico coincide com a aceitação cada vez maior da filosofia marxista. Boa parte da juventude protestante que ingressava nas universidades e tinha contato com essa filosofia procurava realizar uma associação com o cristianismo. Outros, porém, optavam por abandonar os ensinamentos doutrinários e passavam a adotar a dialética marxista como única verdade e saída para os problemas do país.

O medo do comunismo

Seria o comunismo uma saída para os problemas da sociedade brasileira? Seria o marxismo uma filosofia a ser seguida pelos jovens protestantes? Ora, nesse momento vamos encontrar João Dias de Araújo preocupado em esclarecer os jovens sobre o marxismo. Ele passa a se dedicar à elaboração de estudos a respeito da filosofia marxista no mundo cristão. Como era muito próximo dos jovens, escreve alguns textos de como o jovem cristão deveria comportar-se diante do desafio apresentado pelo marxismo.

Um desses textos é o folheto intitulado *O jovem cristão e o jovem comunista*, apresentado no Congresso Nacional da Mocidade Presbiteriana em 1964. Nesse folheto, João Dias de Araújo ressalta que sua finalidade é “dar aos estudantes e aos jovens evangélicos oportunidade para estudar objetivamente o confronto entre o cristianismo e o comunismo”. Na terceira parte desse panfleto, o que ele denomina de *Pontos de contato entre o jovem cristão e o jovem comunista*, relaciona características comuns entre os dois tipos de jovem, listando dez pontos de semelhanças e divergências. A respeito desse folheto, João Dias de Araújo comenta em sua entrevista:

Você coloca as dez principais crenças e aspirações do jovem comunista de um lado, e compara com as dez crenças e aspirações que o jovem cristão deve ter [...]. Para você fazer o país, melhorar a situação do nosso povo, você não precisa passar para o Partido Comunista. Você pode passar e a partir de

um momento você fica sem o respaldo da Igreja, e sem o apoio dos próprios irmãos, então é melhor você continuar, porque Jesus Cristo tem muito mais contribuição que Marx para dar a nosso povo (ARAÚJO, 1964, p. 02).

Outro documento que trata do comunismo, por parte do professor e pastor João Dias de Araújo, é uma apostila elaborada para a ministração de aulas na escola dominical, Classe Filadélfia da Igreja Presbiteriana da Boa Vista (IPBV).¹² A apostila *Como o cristão deve encarar o comunismo?* apresenta-se como um manual de conhecimento básico a respeito da filosofia marxista. Na introdução da apostila há um breve comentário acerca do crescimento dessa filosofia nos últimos cinquenta anos no Brasil, visto que o cenário político-social favorecia o seu crescimento:

O Comunismo é uma das forças mais gigantescas que atuam no mundo de hoje. Com menos de 50 anos de história já domina grande parte da humanidade e caminha a passos largos, infiltrando-se como pode em todos os países do mundo. Quer queiramos, quer não, sentiremos o impacto do comunismo. Já o sentimos na América Latina de maneira clara. O Brasil é um dos maiores focos do comunismo, fora da cortina de ferro. Temos, como cristãos, de enfrentar franca e positivamente essa força. O comunismo é um sistema político e filosófico materialista, que visa à igualdade das classes nas bases da economia e da distribuição dos bens controlada pelo Estado (ARAÚJO, 1964, p. 04).

Os objetivos do referido estudo a respeito do marxismo seria que os alunos conhecessem a contribuição dessa filosofia para o estudo da realidade social, e não que se tornassem adeptos da filosofia:

Nós precisamos conhecer o marxismo. Por que o marxismo tem uma proposta para nossa realidade. Mas nós temos que ver o outro lado. Cristo e o processo revolucionário brasileiro, não é só perguntar o que diz Marx, é o que diz Cristo. O que ele quis dizer quando falava da situação dos pobres. Quando ele deu atenção preferencial aos pobres. Ele não está dizendo alguma coisa que Marx disse em outros pressupostos, em outras filosofias? (Informação verbal).¹³

Apesar de defender o estudo do marxismo, João Dias de Araújo sempre fazia questão de afirmar que não era um simpatizante dos conceitos marxistas e muito menos era filiado a algum partido comunista ou a qualquer grupo de esquerda. Afirmava que sua maior

¹² É comum aos domingos, nas igrejas protestantes, realizarem-se as chamadas classes dominicais, onde são discutidos assuntos bíblicos que tratam dos aspectos espirituais e morais dos alunos. Diante da dificuldade de alguns jovens, muitos deles universitários, de não estarem participando das atividades dominicais, os líderes da IPBV resolveram criar essa classe que passaria a ser de responsabilidade de João Dias de Araújo.

¹³ Entrevista concedida por João Dias de Araújo em Feira de Santana, Bahia.

motivação em participar da vida social do país era o desejo de mudança na sociedade por meio dos debates promovidos pelo Setor de Responsabilidade Social da Confederação Evangélica do Brasil (CEB).¹⁴

Entretanto, esse interesse em estudar e debater o marxismo levaram alguns setores da IPB a levantar a bandeira de que o pastor e professor seria um simpatizante do comunismo. Como citado anteriormente, sua participação na campanha de Miguel Arraes a governador de Pernambuco em 1962, assim como a colaboração na elaboração de alguns discursos para o líder das Ligas Camponesas, fizeram João Dias de Araújo ser taxado de corruptor de jovens e mesmo de professores do Seminário. As acusações contra o referido professor tornaram-se objeto de investigação por parte do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) e também da própria IPB. Com o golpe civil-militar de 1964, a perseguição a membros e líderes das igrejas tornou-se mais frequente. João Dias de Araújo descreve esse período como uma nova inquisição, só que sem fogueiras.

Mas, antes de 1964 já havia, por parte da IPB, certa pressão contra aqueles membros que debatiam acerca dos problemas sociais e políticos do país. Destacamos como primeira grande vítima das “fogueiras”¹⁵ da IPB a própria Confederação Nacional da Mocidade Presbiteriana (CMP). Um dos motivos que levaram o Supremo Concílio da IPB a dissolver a Confederação foi o fato de os jovens presbiterianos se interessarem em debater as causas dos problemas sociais do Brasil, seja em eventos, congressos, classes dominicais, ou até mesmo no seu principal veículo de informação, o jornal Mocidade. De acordo com João Dias de Araújo, dos temas abordados nesse citado periódico, podemos citar como recorrentes constantes críticas aos problemas sociais, assuntos ligados à evangelização de jovens, política nacional e problemas doutrinários da Igreja. Ao tratar determinados assuntos, “os jovens não tinham medo de criticar aquilo que achavam errado na Igreja e na sociedade” (ARAÚJO, 2010, p. 49).

Em 1960 o Supremo Concílio, convocado em urgência, aprova uma resolução que pretendia reorganizar o trabalho da Mocidade Presbiteriana. Essa resolução foi reproduzida por João Dias como segue:

¹⁴ A Confederação Evangélica do Brasil surge na década de 1930, agregando vários grupos protestantes (Igreja Presbiteriana e Luterana) que atuavam no Brasil.

¹⁵ Este termo é utilizado por João Dias de Araújo como parte do título do seu livro *Inquisição sem fogueiras*, que teve a primeira edição publicada em inglês com o título *Inquisition without burning* (ARAÚJO, 1982).

Quanto ao relatório do Secretário Geral da Mocidade, encaminhado plano de reestruturação da Mocidade, bem como parecer sobre o Departamento Estudantil, a Comissão Executiva resolve: (1) aprovar o relatório, expressando ao Secretário a apreciação desta Comissão Executiva pelo trabalho assíduo, consciencioso e competente com que orientou a Confederação da Mocidade Presbiteriana. (2) convocar uma reunião de presidentes de Sínodos e Secretários Sinodais da Mocidade para elaborarem um anteprojeto de reestruturação da Mocidade Presbiteriana do Brasil (ARAÚJO, 2010, p. 53).

Esse fragmento da resolução é importante para analisarmos como ocorreu a interferência na dissolução dos trabalhos da Mocidade Presbiteriana, cujas ações imediatas foram o fechamento do jornal e o fim da representação nacional da mocidade com o encerramento das atividades da Confederação, permanecendo a organização apenas no nível local e sob a vigilância das autoridades de cada Igreja. Mas o que levou o jornal Mocidade a se tornar a primeira vítima da repressão em 1960 foi, sem dúvida, a sua capacidade de debater os problemas sociais e posicionar-se politicamente no momento em que o Brasil passava por um turbilhão de ideias políticas. A ausência da maior parte da igreja nesses debates provocou nos jovens certa inquietação, porque eles “buscavam incessantemente superar a fragilidade, a desorientação e as dificuldades internas da comunidade religiosa, com vistas a formar uma reflexão sobre os problemas sociais e um programa de ação” (SILVA, 2010, p. 105). Em consequência dessa atuação em relação à Mocidade Presbiteriana, João Dias de Araújo comenta que “a Velha Igreja sentiu-se ameaçada pela Nova Igreja que surgia no final de um século de existência da IPB” (ARAÚJO, 2010, p. 53-54).

Vigiar é preciso

Já tratamos anteriormente acerca de que a discussão sobre a realidade nacional era temática recorrente entre os jovens protestantes nos anos 1960 antes do golpe de 1964. Como resultado dessa preocupação em entender os problemas do Brasil, o Setor de Responsabilidade Social da Igreja (SRSI) organizou “quatro conferências nacionais com o objetivo de compreender a realidade do País e oferecer perspectivas a partir da visão protestante” (SILVA, 2010, p. 106), a mais conhecida realizou-se na cidade do Recife, em 1962, e foi intitulada *Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro*, ou, conforme popularmente conhecida, Conferência do Nordeste. João Dias de Araújo, que participou ativamente da organização deste evento, proferiu uma conferência com o título *A Revolução do Reino de Deus – conteúdo revolucionário do ensino de Jesus sobre o Reino de Deus*.

Analisando os registros da conferência, podemos afirmar que seu objetivo primordial foi “trazer subsídios e embasamento bíblico, com vistas à participação política dos evangélicos naquele período crítico da sociedade brasileira” (SILVA, 2010, p. 124).

Em recente trabalho apresentamos, como tese de doutoramento, análise dos discursos e práticas da IPB entre os anos 1960 e 1970, o que revela a participação ativa no golpe assim como a constante colaboração com o regime. Em relação ao grupo que se envolvia com os problemas sociais, sugere:

Depois do golpe civil-militar de 1964, [...] esse grupo que trabalhava e defendia uma teologia associada ao Evangelho Social perderá força e será isolado ou expulso da IPB. Desse modo, tornando-se hegemônica na instituição uma visão teológica que primava pelo afastamento da igreja das questões sociais, fazendo com que sua única preocupação caísse na conversão e conseqüente salvação da alma (VILELA, 2014, p.11).

O discurso então dominante na igreja é o de que as pessoas vistas como inconvenientes fossem retiradas da IPB, sendo João Dias de Araújo um dos que era alvo desse processo de discriminação. Em Recife, João Dias de Araújo era alvo de uma campanha do pastor Israel Gueiros, da Igreja Presbiteriana Fundamentalista.¹⁶ Nos primeiros dias após o golpe, o pastor Israel Gueiros, utilizando-se de programa semanal na Rádio Clube, propagandeou uma série de estórias em que João Dias de Araújo é acusado de subversão da ordem. Sobre esse episódio, lembrou João Dias de Araújo durante entrevista:

O Israel Gueiros tinha um programa de rádio, [...] e numa das meditações dele nos sábados a tarde ele falou assim: ‘No Seminário Presbiteriano do Norte há um professor de teologia marxista, é o Reverendo João Dias de Araújo de Araújo’. Isso em pleno golpe! (risos). Eu tive que me esconder do DOPS. [...] Por causa disso eu fui chamado a vários lugares, pelo menos no DOPS me chamaram para explicar o porquê disto.

Rememora João Dias de Araújo que outra ação, provavelmente ligada ao grupo no qual circulava Israel Gueiros, foi uma pichação nos muros da Igreja Presbiteriana da Boa Vista, no primeiro domingo de abril de 1964. A pichação afirmava: “Esta igreja é comunista.” Em um informe do Centro de Informações da Marinha (Cenimar) consta que, “em vez de estudo da Bíblia e das doutrinas cristãs, a classe tinha-se transformado em núcleo para

¹⁶ A Igreja Presbiteriana Fundamentalista surgiu em Pernambuco na década de 1950, após uma série de discordâncias teológicas, levando Israel Gueiros a romper com a IPB.

discussão de assuntos políticos, sociais e econômicos, sobre as reformas de que o Brasil precisa”.¹⁷

Ainda na entrevista João Dias de Araújo é relatado que outro pastor da IPB, Augustus Nicodemus, da Primeira Igreja Presbiteriana do Recife, atuava vigiando suas pregações. A intenção de Nicodemus era registrar o que era considerado “as heresias” do pastor:

Me convidaram para fazer uma palestra no Recife. Participei de uma reunião ‘A Bíblia e a Reforma Agrária’. [...] Foi o primeiro Encontro Evangélico Nordeste [...]. Então esse Nicodemus estava lá, ele ouviu meu curso todo, assistiu e depois ele falou: ‘vamos lá para saber o que João Dias de Araújo vai dizer, temos que está atrás dele para saber o que ele vai dizer para esse povo evangélico daqui’. Tinha várias denominações. Uma pessoa veio me falar depois: ‘eu perguntei ao Augusto Nicodemus se ele tinha alguma restrição ao que você falou na palestra’. Ele respondeu: ‘Com o João Dias de Araújo agente precisa tomar muito cuidado, não é tanto o que ele fala, mais o que ele não fala!’ (Informação verbal).¹⁸

Ao mesmo tempo, quando investigamos o prontuário n.º 16.453, localizado nos arquivos do Dops/PE, foi possível mapear as ações dos aparelhos da repressão em relação a aquele que era considerado um elemento esquerdista. A transferência de João Dias de Araújo para o SPN, em 1960, já havia sido motivo de registro pelas autoridades policiais, evidenciando a vigilância em relação a alguém considerado comunista, e, portanto, perigoso para a sociedade naquele momento:

Chegou ao Recife em princípios do ano de 1960 procedente da Cidade de Salvador – Bahia (sic!), para servir como professor no Seminário Presbiteriano do Norte. Adianta um dos relatórios que o prontuário tem demonstrado tendências socialistas. Como professor do Seminário conseguiu entusiasmar os alunos com pregações subversivas.¹⁹

Em outro documento intitulado *Histórico do Movimento “União Cristã de Estudantes do Brasil”*, produzido pelo Cenimar, João Dias de Araújo é tratado como um dos articuladores da infiltração esquerdista nos movimentos estudantis protestantes:

O Rev. Prof. JOÃO DIAS DE ARAÚJO é um dos principais mentores do movimento acima descrito, no âmbito nacional e, praticamente, o único representante da liderança do mesmo no NORTE e NORDESTE brasileiro.

¹⁷ Informe secreto do Comando do 3.º Distrito Naval (Estado Maior – 2.ª Seção). Recife, 27 out. 1965.

¹⁸ Entrevista concedida por João Dias de Araújo em Feira de Santana, Bahia.

¹⁹ Prontuário n.º 16.453, de 30 de outubro de 1965. Arquivos do Dops/PE.

É conhecido, acatado e louvado com tal expressão pelas forças da esquerda, que fazem promoção inflacionada dos seus méritos, de sua cultura, de sua inteligência, como estratégia para conseguir, por meio dele, penetração em organizações e meios culturais, estudantis, religiosos e políticos.²⁰

Nesse momento, alguns poucos que defenderam João Dias de Araújo desafiaram os setores hegemônicos da IPB. Isso fica de certa maneira evidenciado em uma moção de apoio da União da Mocidade da Igreja Presbiteriana de Areias, em Recife. Ao que podemos constatar, esse apoio foi significativo; não foi por acaso que foi rememorado por João Dias de Araújo em uma das suas entrevistas:

O que ele ensina para nós é a doutrina da igreja, [...] agora ele faz aplicações na vida dele mesmo, prática, sobre como ele deve agir em relação aos trabalhadores rurais, aos retirantes, e qual posição ele toma diante da realidade que vivemos aqui, na nossa região (Informação verbal).²¹

Uma carta de apoio do pastor e professor Thomas Folley, reitor do SPN, destinada à Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco, em 1966, descreve a preocupação em esclarecer as autoridades policiais sobre o trabalho desenvolvido por João Dias de Araújo no SPN: “O Rev. João Dias de Araújo merece de minha parte plena e irrestrita confiança, tanto particularmente, como membro que sou da missão Presbiteriana no Norte do Brasil, e também como Reitor do Seminário Presbiteriano do Norte.”²²

A soma de acusações levantadas contra aquele professor e pastor parece mesmo ter contribuído para a sua expulsão do SPN no início do ano letivo de 1970. Entretanto, a disputa com a IPB não terminara com a sua demissão como docente. Ele recorreu à Justiça do Trabalho para garantir uma série de direitos trabalhistas que não foram respeitados.

A Justiça do Trabalho e a Igreja Presbiteriana do Brasil

Como já mencionamos, a expulsão de João Dias, como a documentação possibilita atestar, resultou de uma série de discursos que o acusam de ecumenismo, modernismo teológico e defensor do comunismo. Tais acusações também foram divulgadas em meados da década de 1970 pelo presbítero do Recife e membro da CES, Misael Vasconcelos, por meio de um opúsculo distribuído entre os presbiterianos de Pernambuco intitulado *O “porque” de*

²⁰ Informe secreto do Comando do 3.º Distrito Naval (Estado Maior – 2.ª Seção). Recife, 27 out. 1965.

²¹ Entrevista concedida por João Dias de Araújo em Feira de Santana, Bahia.

²² Prontuário n.º 16.453, 30 out. 1965. Arquivos do Dops/PE

*um professor ter levado a Igreja Presbiteriana do Brasil à Justiça do trabalho*²³. Essa publicação foi uma resposta a uma circular de autoria de João Dias explicando, como indica o próprio título – *Por que levei a Igreja Presbiteriana do Brasil à Justiça?* –, os motivos pelos quais havia recorrido à Justiça do Trabalho²⁴.

No referido opúsculo vamos localizar o membro da Comissão Especial dos Seminários, Misael Vasconcelos, preocupado em desqualificar a carreira docente e pastoral de João Dias, e, ao mesmo tempo, condenando o fato de a IPB haver sido acionada pela Justiça. Para tanto, apresenta uma série de argumentos teológicos, de decisões do Supremo Concílio e decisões jurídicas anteriores, procurando, assim, construir uma jurisprudência para o caso. Com esse objetivo, explica Misael Vasconcelos:

Para nós evangélicos, a nossa Igreja é uma assembléia de pessoas alcançadas pela misericórdia de Cristo. Ele é o Cabeça, o Príncipe. É o Senhor. Nós outros, os servos, eleitos um dia por sua presciência, por seu amor. Por isso a Igreja é uma sociedade diferente, para pessoas diferentes, em termos tais que o mundo não conhece e não entende. [...].

Eis porque a utilização de legislação civil como parâmetro para medir direitos eclesiásticos e a vanglória de por tais meios ver reparados supostos direitos eclesiásticos feridos, alcança as fronteiras da abominação. A noiva de Jesus Cristo não pode ser violentada por seus próprios membros nem desnudada pelos corifeus da apostasia.

Ela deve estar imune a qualquer tipo de ingerência extra-eclesiástica (VASCONCELOS, 1975, p. 03-04).

Nesse fragmento, a IPB é apresentada como uma instituição especial, fruto do amor e da misericórdia de Deus para com aqueles escolhidos, uma instituição presente na terra mas ao mesmo tempo estranha ao mundo, por isso não deveria estar sujeita às leis vigentes no país. Dessa forma, tal ação na justiça era apresentada como uma afronta à bondade e à misericórdia divina. Aliás, não apenas as leis terrenas serão questionadas, mas a eficácia do governo instituído após o golpe de 1964, como veremos.

Diz-se que o Rev. João Dias foi ferido em seus direitos ‘pelos títeres mirins’ da Igreja, que não obedecem às leis do país do governo revolucionário de

²³ É importante destacar que, na parte final do livreto, encontra-se uma pequena parte intitulada *A verdade dos fatos acontecidos*, assinada por Washington Moura de Amorim, que, em 1975, representava o Seminário Presbiteriano do Norte (Presidente do Conselho Deliberativo). São informações valiosas, mas iremos concentrar na parte produzida por Misael Vasconcelos.

²⁴ O Processo transcorreu na 9.ª Junta de Conciliação e Julgamento do Recife. Tal processo não foi localizado no arquivo da Justiça do Trabalho de Pernambuco. Acreditamos que esse registro tenha sido destruído em um incêndio que atingiu a Junta posteriormente.

1964 para cá. (Qualquer dia desses, com o ‘progresso’ de ‘certos revolucionários’ vai ser difícil provar que os revolucionários de então fizeram a revolução) (VASCONCELOS, 1975, p. 03-04).

Ainda no opúsculo é possível encontrar uma breve narrativa que recorda a trajetória de João Dias como professor do SPN e desqualifica certos instrumentos da legislação trabalhista como a carteira de Profissional (Trabalho) em detrimento da carteira de Ministro (pastor). Carteira esta que seria um privilégio de poucos, pois diferencia os pastores dos membros comuns. Neste sentido, critica o fato de a carteira profissional haver sido assinada de maneira retroativa, afirmando em outros termos que o seminário deveria ter desconsiderado a legislação, ou seja, negado o tempo de serviço de quase uma década como docente da instituição religiosa.

O Rev. João Dias de Araújo é eleito professor do Seminário em 1960 e durante 9 anos viveu com a carteira de Ministro, como todos. Uma situação previdenciária especialíssima na época, abriu-lhes as portas para a inscrição no INPS, entrando a carteira Profissional como mero instrumento do processo.

Como outros o Rev. João Dias foi ao Ministério do Trabalho em 1969, tirou a sua carteira, mandou o Snr. Reitor Áureo Bispo dos Santos assinar. A assinatura retroagiu a 1960. Por que? Não sei.

Despudonoroso é, anos depois, arguir-se vínculo empregatício de carteira na mão alegando estabilidade na Igreja de Cristo, para impor um ministério inconveniente à formação dos estudantes de Teologia e, por consequência, ao futuro de uma comunidade eclesial (VASCONCELOS, 1975, p. 05).

É importante afirmar que o questionamento a essa formação teológica, que segundo Misael Vasconcelos era propagada aos estudantes do seminário, não estava de acordo com uma perspectiva teológica defendida por setores majoritários na IPB. Essa teologia desviante é sistematicamente apresentada nesse livreto como uma teologia com fortes ligações com o marxismo, ou seja, com o comunismo. Algo extremamente combatido pela instituição.

Em entrevista, João Dias de Araújo esclarece que ao longo do processo na Justiça do Trabalho, as narrativas produzidas pelas várias testemunhas, arroladas por parte da IPB e do SPN, procuravam, em sua maioria, desqualificá-lo como pastor e professor. Relembra o fato de que uma testemunha teria afirmado que João Dias já tinha visitado Cuba e era um destacado agente do comunismo no Nordeste e no Brasil, atuando não apenas na IPB e no

SPN, mas também nas Ligas Camponesas, pois mantinha estreitas relações com seu líder, Francisco Julião, no início da década de 1960.

De acordo com o próprio entrevistado, havia entre ele e Julião certo contato. Em suas memórias, menciona que certo dia Julião o teria recomendado um conjunto de passagens bíblicas do Velho Testamento, em que os profetas, que segundo Julião eram mais radicais, questionavam e condenavam a estrutura de poder vigente, em defesa dos mais humildes. Lembra que tais textos eram usados pelo líder das Ligas para organizar e conscientizar os camponeses, e que, muitas vezes, circulavam em formato de literatura de cordel, cantados e vendidos nas feiras livres, visando, assim, aproximar-se muito mais dos camponeses na luta contra a violência e a exploração praticada no campo²⁵.

Para João Dias, a IPB o representava como alguém perigoso para o Brasil, um comunista que esteve associado a Francisco Julião, exilado no México desde 1964. Por que acusações como essa eram usadas em um processo trabalhista? Essa é uma questão relevante para compreendermos o que parece ser uma estratégia recorrente, sobretudo após o golpe de 1964, usada por vários segmentos da sociedade. Não podemos esquecer que o Brasil, a partir de 1964, passou a vivenciar um regime civil e militar. Isso significa afirmar que acusações dessa natureza geralmente produziam um considerável efeito político e social – ocasionando prisões e torturas – a ponto de figurarem em inúmeros processos trabalhistas durante o regime.

Afirma Antonio Torres Montenegro (2011a; 2011b) que, em alguns casos, os juízes do trabalho solicitavam diligências externas da Polícia Civil e do próprio Exército para apurar denúncias de atividades subversivas por parte dos trabalhadores. Nesses casos, tais informações poderiam complementar e até mesmo modificar as decisões judiciais. Assim, juízes das Juntas de Conciliação e Julgamentos algumas vezes acatavam os argumentos dos advogados das empresas/patrões de que o(s) reclamante(s) (trabalhador ou grupo de trabalhadores) faziam reuniões e veiculavam ideias consideradas subversivas da ordem.

Adentrando mais a essa questão, recorreremos ainda ao historiador Antonio Torres Montenegro quando afirma que, nesse período:

²⁵ Informações prestadas por João Dias de Araújo ea entrevista, em sua residência, ao pesquisador Márcio Vilela, Feira de Santana, Bahia.

Lutar por direitos, especialmente trabalhistas, se constituirá em sinônimo de subversão da ordem e comunismo, como atestam os documentos da polícia e dos diversos órgãos militares e de informação do governo [...] Logo, os trabalhadores nomeados e reconhecidos como comunistas se tornaram alvo de perseguições e prisões arbitrárias (MONTENEGRO, 2011, p. 233).

Ora, tais acusações não foram suficientes para que a Justiça do Trabalho negasse os direitos assegurados em lei a João Dias. Direitos que só foram respeitados pela IPB e pelo SPN após serem ratificados na segunda instância. No processo n.º 139/73, da 9.ª Junta de Conciliação e Justiça do Recife,²⁶ podemos localizar sua reintegração ao seminário como professor em 16 de abril de 1975. Com essa decisão foi possível ao advogado Joás Cruz solicitar uma série de direitos negados desde março de 1971, quando deixou de ministrar aulas, a exemplo de salários, 13.º salário, salário-família. Entre idas e vindas – pois a IPB, por meio do seu advogado, sr. Urbano Vitalino de Melo Filho, fez uso dos recursos disponíveis no Judiciário a fim de beneficiar a igreja – um laudo pericial assinado aos 17 de janeiro de 1977 praticamente confirmou, com uma pequena redução de valores, os valores apresentados anos antes pelo advogado do reclamante.

Bibliografia

ARAÚJO, João Dias de. *Inquisição sem fogueiras: a história da Igreja Presbiteriana do Brasil*. São Paulo: Fonte Editorial, 2010, p. 49.

ARAÚJO, João Dias de. *Como o cristão deve encarar o comunismo?: apostila*. Recife: [s.n., 1964], p. 4.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *Ação trabalhista, repressão policial e assassinato em tempo de regime militar*. Revista Topoi, v. 12, n. 22, jan.-jun. 2011, p. 233.

MONTENEGRO, Antonio Torres; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz; ACIOLI, Vera Lúcia (Orgs.). *História, cultura, trabalho: questões da contemporaneidade*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.

MOREL, Regina L.; PESSANHA, Elina G. da Fonte. *Magistrados do Trabalho no Brasil: entre a tradição e a mudança*. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, jan.-jun. 2006.

PORFÍRIO, Pablo F. de A. *Medo, comunismo e revolução*. Pernambuco (1959-1964). Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

²⁶ Parte do processo n.º 139/73, da 9.ª Junta de Conciliação e Justiça do Recife, foi localizada no arquivo do TRT. Outra parte foi concedida pelo próprio personagem investigado.

SILVA, Elizete da. *Protestantismo ecumênico e realidade brasileira: evangélicos progressistas em Feira de Santana*. Feira de Santana: Editora da UEFS, 2010, p. 105.

SHAULL, Richard. *Surpreendidos pela graça. Memórias de um teólogo: Estados Unidos, América Latina e Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 99.

SCHMIDT, Benito Bisso (Org.). *Trabalho, justiça e direitos no Brasil*. Pesquisa histórica e preservação das fontes. São Leopoldo: Oikos, 2010.

VASCONCELOS, Misael de Albuquerque. *O “porque” de um professor ter levado a Igreja Presbiteriana do Brasil à Justiça do Trabalho*. Recife: 1975.

VILELA, Márcio Ananias Ferreira. *Discursos e práticas da Igreja Presbiteriana do Brasil durante as décadas de 1960 e 1970: diálogos entre religião e política*. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014, p. 11.